

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA - 2014

Candidato:

Opção:

Local de Prova:

Cidade de Prova:

Sala de Prova:

Carteira de Prova:

Assinatura do(a) candidato(a): _____

Observações

1. CADERNO DE PROVAS: Este caderno contém a prova de **Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos** para o nível superior - **Enfermeiro**, constituída de trinta (30) questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta.

2. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as 30 questões que deve conter.

3. CARTÃO DE RESPOSTAS: Verifique se as informações que constam no seu cartão resposta estão corretas. Se os dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, **notifique imediatamente o erro ao fiscal**. Oportunamente, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.

4. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS: Verifique seus dados impressos nesta folha. Use caneta esferográfica **PRETA** para preencher **TODO** o quadrículo (a marcação indevida anula a resposta dada na questão). Entregue o cartão-resposta **ASSINADO** no local indicado. Não amasse, não dobre e não suje o cartão-resposta, sob pena do não-reconhecimento das respostas pelos equipamentos de leitura.

5. PERMANÊNCIA NA SALA: É vedado sair da sala de provas antes das 10:00 horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às 12:30 horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.

6. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO: Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas e levar consigo o caderno de prova.

7. DECLARO TER RECEBIDO O CADERNO DE PROVA E O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.

NOME DO FISCAL

ASSINATURA DO FISCAL

PORTUGUÊS – NÍVEL SUPERIOR

As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas considerando o texto transcrito a seguir.

ALIMENTAÇÃO SE PÕE À MESA

O assunto é corriqueiro quando se tem filhos. Não só porque nos preocupamos com o que eles comem, mas porque uma em cada três crianças brasileiras está obesa, segundo o Ministério da Saúde. Alarmante. Crianças precisam receber educação alimentar de qualidade. Mas o que é isso, afinal?

Por Carolina Delboni
Mãe de Pedro, Lucas e Felipe

Obesidade infantil e alimentação saudável são assuntos correlatos e dos mais falados ultimamente. Governos, escolas, pais, educadores e até planos de saúde têm se preocupado com o que se põe à mesa no dia a dia dessas crianças. O dado do Ministério da Saúde é chocante se pensarmos que vivemos num país onde a oferta de frutas, legumes e verduras é gigantesca e que nossa cultura alimentar sempre privilegiou refeições completas e à mesa. A comidinha caseira de antigamente está sumindo das casas brasileiras e dando lugar, cada vez mais (infelizmente), à comida instantânea. Entende-se como enlatados e ensacados. Tudo o que vem semipronto, semiassado, semi qualquer coisa é cheio de sódio, açúcares, gorduras, ácidos e corantes. É mais prático. Ok. Isso sabemos. E, para famílias que têm pai e mãe na rua trabalhando, resta a praticidade do dia a dia. E não tem problema algum ter esses alimentos de vez em quando na vida. Aqui ninguém é radical! E a gente defende o bom senso – sempre. É perfeitamente compreensível se olharmos o fenômeno dentro desse contexto de estrutura familiar brasileira. Mas educar dá trabalho, lembrem-se disso. Portanto educação alimentar dá trabalho. E garantir que seu filho coma alimentos saudáveis vai garantir a ele uma estrutura física mais íntegra e forte.

O texto foi retirado da revista **Pais & Filhos: comer**. Agosto de 2014, página 25, Editora Globo.

1. Sobre o título do texto, PODE-se afirmar:	
A.	Considerado isoladamente, ele não faz nenhum sentido.
B.	Considerado de forma isolada, ele explica todo o sentido do texto.
C.	Considerado como parte integrante do texto, ele não faz sentido algum.
D.	Considerado como elemento constituinte do texto, ele fixa a interpretação que deve ser feita.
E.	Considerado como parte integrante do texto, ele não têm o sentido que parece ter de início.

2. Sobre o enunciado de abertura do texto “O assunto é corriqueiro quando se tem filhos”, NÃO é correto.	
A.	Embora não tenha um referente preciso, <i>o assunto</i> deve ser compreendido como sendo relativo à alimentação.
B.	A alimentação dos filhos é um assunto que deveria estar bem mais presente entre os que são pais.
C.	Considerada a relação de sentido existente entre as duas orações, <i>quando</i> poderia ser substituído por <i>se</i> .
D.	A partícula <i>se</i> expressa um sentido de impessoalidade, podendo se referir a qualquer um que tenha filhos.
E.	Após <i>é corriqueiro</i> , deveria haver vírgula, já que a segunda oração expressa um sentido de temporalidade.

3. Sobre o segundo período da abertura do texto (“Não só porque nos preocupamos com o que eles comem, mas porque uma em cada três crianças brasileiras está obesa, segundo o Ministério da Saúde”), é CORRETO afirmar.	
A.	Os conectivos <i>porque</i> apresentam a justificativa para a alimentação ser um assunto comum.
B.	O pronome <i>nos</i> é um recurso de remissão que se refere apenas à família da produtora do texto.
C.	O pronome pessoal <i>eles</i> leva a retomar, para ser compreendido, o referente <i>pais que têm filhos</i> .
D.	A alimentação é um assunto corriqueiro devido à preocupação com a sua qualidade e a obesidade infantil.
E.	Após o conectivo <i>mas</i> , conforme a gramática normativa, não é necessário que apareça o termo <i>também</i> .

4. Ainda sobre o segundo período da abertura do texto, é INCORRETO afirmar.	
A.	A expressão <i>uma em cada três</i> permite concluir que duas crianças estão acima do peso recomendado.
B.	O termo <i>brasileiras</i> restringe o universo a que se refere a proporção existente de crianças obesas.
C.	A proporção de crianças obesas que é apresentada pela autora se respalda numa voz de autoridade.
D.	<i>Segundo</i> é um recurso linguístico usado para introduzir uma voz que não coincide com a autora do texto.
E.	A relação de sentido constituída pelos termos <i>não só</i> e <i>mas</i> é de adição, acréscimo ou soma.

5. Sobre a passagem “Crianças precisam receber educação alimentar de qualidade. Mas o que é isso, afinal?”, pode-se AFIRMAR.	
A.	O recurso coesivo <i>isso</i> remete, para a sua leitura adequada, à passagem textual <i>precisam receber</i> .
B.	A expressão <i>precisam receber</i> produz um efeito de opção ou escolha livre por parte da criança.
C.	A passagem <i>de qualidade</i> restringe o tipo de educação alimentar que as crianças devem receber.
D.	O questionamento feito pela autora espera que a resposta seja produzida pelo próprio leitor.
E.	O conectivo <i>mas</i> funciona no texto da mesma forma que em outros textos: isto é, ele gera uma contradição.

6. Sobre a passagem do texto “Obesidade infantil e alimentação saudável são assuntos correlatos e dos mais falados ultimamente”, é CORRETO afirmar.	
A.	Entre obesidade infantil e alimentação, não existe implicação, pois estes temas não estão relacionados.
B.	Os conectivos <i>e</i> estabelecem uma relação de causalidade entre os elementos que põem em conexão.
C.	Há outros temas que são abordados com maior intensidade do que os dois mencionados pela autora.
D.	Dos temas tratados ultimamente, há outros que são menos comentados do que os dois citados.
E.	Alimentação saudável e obesidade infantil sempre foram temas que estiveram entre os mais falados.

7. Considerando a passagem do texto “O dado do Ministério da Saúde é chocante se pensarmos que vivemos num país onde a oferta de frutas, legumes e verduras é gigantesca e que nossa cultura alimentar sempre privilegiou refeições completas e à mesa”, marque a alternativa INCORRETA.	
A.	<i>O dado</i> remete à informação dada pela autora na parte introdutória do texto sobre o índice de obesidade infantil existente entre as crianças brasileiras.
B.	<i>Chocante</i> (da mesma forma que <i>alarmante</i> , usado na introdução do texto) é um recurso linguístico de avaliação que permite perceber como a autora se posiciona frente ao índice de obesidade infantil citado.
C.	O índice de obesidade infantil constatado entre as crianças brasileiras não chocaria (ou alarmaria), se a oferta de frutas, legumes e verduras não fosse gigantesca como é.
D.	Todos os elementos linguísticos que apontam para a primeira pessoa do plural se referem a um “nós” que deve ser considerado como fazendo referência aos brasileiros.
E.	Assim como hoje, o problema da cultura alimentar brasileira sempre foi evitar fazer refeições completas à mesa e preferir fazê-las de forma rápida, por meio de <i>comida instantânea</i> .

8. Sobre as passagens destacadas nas alternativas, NÃO se pode afirmar:	
A.	<i>está sumindo</i> permite concluir que <i>a comidinha caseira de antigamente</i> ainda existe, mas que ela se encontra em vias de desaparecer.
B.	<i>infelizmente</i> é um recurso linguístico que não indicia um ponto de vista do autor sobre o que ele trata no texto e não manifesta nenhuma forma de avaliação pessoal.
C.	<i>dando lugar</i> cria um efeito de progressão e permite concluir que quanto mais <i>a comidinha caseira</i> some, mais <i>a comida instantânea</i> ocupa o seu lugar.
D.	<i>cada vez mais</i> é uma expressão que produz um efeito de ampliação e de aprofundamento de um acontecimento, neste caso, da substituição da comida caseira pela instantânea.
E.	<i>das casas brasileiras</i> impõe que o leitor não infira que o sumiço <i>da comidinha caseira</i> ocorra em outros países também, mas apenas no universo que a autora menciona explicitamente.

9. Sobre os elementos postos em destaque nas alternativas, é CORRETO afirmar.	
A.	<i>até</i> (entre “educadores e até planos de saúde”) produz um efeito de valorização em escala entre os elementos citados, considerando o último (“planos de saúde”) como hierarquicamente menos importante.
B.	<i>Ok</i> , além de ser um recurso linguístico pertencente à linguagem formal culta, permite mostrar a discordância da autora em relação à praticidade da comida instantânea.
C.	A passagem <i>esses alimentos</i> , para que seja adequadamente compreendida, deve ser relacionada à passagem <i>A comidinha caseira de antigamente</i> .
D.	<i>de vez em quando</i> permite inferir que o uso de comida instantânea pode acontecer, embora isto deva acontecer com cautela e não preferencialmente.
E.	<i>pai e mãe na rua trabalhando</i> permite que o autor situe o leitor sobre as profissões exercidas por quem se vale da comida instantânea: garis, catadores de papel, vendedores ambulantes, dentre outros.

10. Dentre as alternativas abaixo, uma NÃO é confirmada pelos períodos finais do texto. Qual?	
A.	<i>Aqui</i> é um recurso de referenciação espacial que remete ao Brasil.
B.	<i>Ninguém</i> é um elemento de coesão que remete aos familiares da autora do texto.
C.	<i>a gente</i> é um recurso coesivo que retoma os componentes da família da autora do texto.
D.	<i>seu</i> (de “seu filho”) é um recurso pronominal que remete ao leitor do texto.
E.	A falta de alimentos saudáveis produz uma estrutura mais frágil e incompleta.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Ao considerarem-se tópicos relevantes, atuais e históricos referentes à vida do cidadão, como questões relacionadas à segurança, formação política, tecnologia e transporte, às relações internacionais e ao desenvolvimento sustentável, é CORRETO afirmar.

A.	Conforme a Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. É exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos: I- polícia federal; II- polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; V- polícias militares e corpos de bombeiros militares. Razão pela qual os municípios não devem interferir nesta estrutura e, por essa razão, as guardas municipais se configuram como órgão que não possuem respaldo constitucional.
B.	A política do Brasil é compreendida por três períodos que marcam sua trajetória histórica. A primeira é a relação de dependência da colônia com a metrópole portuguesa que marca o período colonial. A segunda é a fase imperial, caracterizada pela construção do Estado Nacional, em que as forças conservadoras e liberais marcaram os governos de Dom Pedro I, as regências e o governo de Dom Pedro II. A fase republicana é caracterizada pelos governos presidenciais. Haja vista a república velha ter sido comandada pela ação dos governos militares e o período mais democrático foi vivenciado durante o governo Vargas (1930-1945), razão pela qual ainda é muito presente a valorização desta personalidade política como exemplo de ação democrática para o Brasil.
C.	O sistema de transportes brasileiro define-se basicamente por uma extensa matriz rodoviária; também servido por um sistema limitado de transporte fluvial (apesar do numeroso sistema de bacias hidrográficas presentes no País), ferroviário e aéreo. O intuito de criar uma rede de transportes ligando todo o País nasceu com a política desenvolvimentista, em especial nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Àquela época, o símbolo da modernidade e do avanço em termos de transporte era o automóvel. Isso provocou uma especial atenção dos citados governantes na construção de estradas. Desde então, o Brasil tem sua malha viária baseada no transporte rodoviário.
D.	A principal razão pelo recente afastamento do Paraguai do Mercado Comum do Sul foi devido às razões históricas e econômicas. A primeira pela postura de violência e de desrespeito à soberania de seus países vizinhos, caracterizada pela Guerra do Paraguai no século XIX. A segunda razão é pela fragilidade que o País apresenta no combate ao narcotráfico e pela falta de proteção de suas fronteiras, contribuindo com a ação de contrabando entre as fronteiras com o Brasil.
E.	Ao considerar-se o conceito de desenvolvimento sustentável, a primeira etapa para conquistar este desenvolvimento é reconhecer que os recursos naturais são todos renováveis. Por isso, basta usar os bens naturais, com critério e planejamento.

12. Ao considerar a história e a geografia do Paraná e da região de Umuarama, é CORRETO afirmar.	
A.	O território do Paraná até 1853 não era ainda província do Brasil. A criação da província paranaense ocorreu nessa data motivada pelo intenso processo de colonização que fez com que toda a região fosse ocupada pela ação das companhias colonizadoras, marcando a fase de desenvolvimento regional e provocou a separação de São Paulo.
B.	A hidrografia do Paraná registra uma grande quantidade de rios que compõem duas grandes bacias hidrográficas. Pela posição em que o Paraná se situa, parte dos rios que percorrem o Estado em suas regiões Norte e Noroeste, pela proximidade com o Estado do Mato Grosso do Sul, formam a bacia amazônica. A outra parte dos rios situados nas regiões Oeste e Sudoeste faz parte da bacia platina.
C.	Segundo os documentos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), “previa-se que os pequenos agricultores supririam suas necessidades nos núcleos urbanos, favorecendo a circulação de capital e de mercadorias”. Umuarama foi contemplada com a vinda de muitos agricultores. O impulso populacional foi decorrente de uma situação de vazio demográfico, uma vez que na história regional não se verificou a presença de qualquer outro grupo humano e isso favoreceu a ação desenvolvimentista provocada pela companhia colonizadora a partir de meados do século passado.
D.	Segundo o IPARDES (2004), a região Noroeste do Paraná apresentou maior dificuldade para transitar da crise cafeeira (1960/1970) para o novo padrão da atividade agrícola. Entre as décadas de 1960 e 1970, com o declínio da cultura do café, os agricultores começaram a mudar para a cidade à procura de emprego e melhores condições de vida. A partir daquele período, a produção de café não foi mais retomada na região. Todavia, a partir de 1970, não se registrou qualquer iniciativa em retomar a produção do café no cenário agrícola de Umuarama.
E.	O município de Umuarama tem registrado nas últimas décadas um expressivo crescimento na construção civil. O município se configura como um dos maiores polos moveleiros do Paraná, e vem se destacando pela produção pecuária. É considerado um centro universitário e vem se firmando como polo comercial e prestador de serviços.

13. Ao considerarem-se as políticas públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética e educação ambiental, é CORRETO afirmar.	
A.	A política de habitação observa os seguintes princípios: reconhecimento do direito à moradia; moradia digna; moradia como construção e exercício da cidadania; acesso à habitação e ao meio ambiente equilibrado, como garantia da qualidade de vida; função social da propriedade urbana; participação da sociedade na definição da política habitacional e sua gestão; acesso à moradia enquanto política social. De acordo com a configuração da política de habitação, ela é de responsabilidade apenas dos governos federal e estaduais.
B.	A educação ambiental configura-se como uma ação que visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Diante de processos de exclusão nos quais há ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e do ambiente.
C.	Os princípios constitucionais do SUS são a universalidade, que define a saúde como direito de todos e dever do Estado; a integralidade, que define o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; a equidade, que concebe a saúde como direito de todos; a descentralização, que define as ações e serviços públicos de saúde como integrante de uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único e organizado. A participação popular não é concebida como princípio do SUS, pois trata-se de uma ação eminentemente técnica.
D.	A ação política, que em nível de governo é conduzida por partidos, supõe a ação de inclusão e exclusão. A inclusão registra-se em relação àqueles que ocupam uma posição afinada com o partido que está na situação. A exclusão se registra em relação àqueles que manifestam clara oposição ao governo. Por esta razão, podemos afirmar que, independente da postura ética nas políticas adotadas pelo Estado, sempre se registrará uma prática de inclusão e de exclusão às políticas públicas existentes e às que por ventura virão a ser implantadas.
E.	Políticas Públicas são a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. A política pública é concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. As políticas públicas são elaboradas exclusivamente pelo poder público, por meio dos poderes executivo e legislativo. Por isso, legalmente, não cabe aos cidadãos participarem na elaboração das políticas públicas.

14. Em relação ao Estatuto do Idoso, é CORRETO afirmar.	
A.	O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O estatuto define como obrigação do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Esses direitos são de obrigação do Estado e de colaboração da família e da comunidade, uma vez que esses não têm a obrigação em prover os direitos acima citados.
B.	O Estatuto do Idoso, criado há 14 anos, configura-se como lei autoritária, que não registrou um processo de discussão e debate com a população brasileira. Diante do aumento da população idosa no Brasil, o governo editou o estatuto, à revelia do Congresso Nacional. Porém, não se constitui como um documento democrático e sim demagógico para que se evitem possíveis pressões sociais. Efetivamente, o Estatuto não registra melhorias sociais aos idosos no Brasil.
C.	Uma forma de valorização dos idosos seria a inclusão nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito. Infelizmente, esta questão não está prevista no Estatuto do Idoso.
D.	Como política de inclusão, a legislação referente aos idosos não permite a eles prioridade para compra de moradia nos programas habitacionais, uma vez que isso incentiva a aquisição de imóveis por pessoas de faixa etária acima dos 60 anos, visando facilitar a aquisição do imóvel para filhos ou netos, além do alto risco econômico de não quitar débitos financeiros por motivos de óbito.
E.	O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto do Idoso, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

15. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar.	
A.	As medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e Adolescente são aplicadas apenas pelo juiz e apenas aos adolescentes, uma vez que crianças apenas recebem medidas protetivas. As medidas socioeducativas são: Advertência, que é uma admoestação verbal; obrigação de reparar o dano: medida aplicada quando há dano ao patrimônio, e só é aplicada quando o adolescente tem condição de reparar o dano causado; e trabalhos comunitários.
B.	Ao definir-se direito à liberdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente compreende aspectos como o de ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação. Já a crença e o culto religioso, a participação da vida política, na forma da lei; a busca de refúgio, auxílio e orientação, lhe são vedadas, uma vez que tais aspectos são de responsabilidade exclusiva dos pais.
C.	No que se refere ao processo de adoção, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que ao adotado não lhe seja permitido, em nenhum momento, o direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo, no qual a medida e seus eventuais incidentes foram aplicados. Esta posição do Estatuto visa preservar tanto àquele que foi adotado bem como às famílias envolvidas no processo.
D.	Ao tratar-se sobre o direito à vida e à saúde da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que a criança e o adolescente tenham direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Uma das principais lacunas do Estatuto é não prever atendimento às mães grávidas e às crianças ainda em fase de gestação, pois entende que o estatuto deve se aplicado apenas às crianças e adolescentes de zero a dezoito anos de idade.
E.	Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever exclusivo do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Cabendo à família, à comunidade e à sociedade em geral apenas acompanhar a criança e contribuir na medida do possível e conforme a capacidade financeira de cada um. Os direitos citados não são de responsabilidade familiar e nem da sociedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENFERMEIRO

16. Assinale a questão que corresponde às respostas: (V) para verdadeiro e (F) para Falso.

() Algumas doenças são transmitidas por via aérea como: Tuberculose pulmonar e laringea, Sarampo, Hepatite A e E, Varicela e Herpes-zóster. É essencial o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), como os protetores faciais (máscara e óculos de proteção).

() A recomendação básica para a montagem de cargas em autoclave deve ocupar entre 70 e 80% da capacidade interna da câmara.

() Independente do método de esterilização, os equipamentos e produtos utilizados nos processos de esterilização não têm a obrigatoriedade de serem aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), desde que tenham passado por avaliação e concordância da CCIH do Estabelecimento de Assistência à Saúde (EAS).

() Conforme o calendário de Vacinação do Estado do Paraná, a Vacina DTP (tríplice bacteriana) faz parte do esquema para prevenir as doenças Difteria, Tétano e Poliomielite.

() O esquema de vacina para prevenir a Febre Amarela é uma dose e o reforço a cada 10 anos.

A.	F, V, F, F, V.
B.	V, F, F, V, F.
C.	F, V, F, V, V.
D.	V, V, F, F, F.
E.	F, F, V, F, V.

17. O programa de educação continuada, dirigido a Enfermeiros, torna-se fundamental à medida que essa categoria participa do conjunto das atividades desenvolvidas na Unidade de Saúde. Identifique a questão que NÃO compete ao enfermeiro nos programas de assistência à mulher, criança e adolescente, em atividades relacionadas ao Programa de Saúde da Família (PSF).

A.	Realizar consulta de enfermagem à criança de 0 - 5 anos para avaliação do crescimento e desenvolvimento, para determinar e aplicar medidas preventivas e de referência.
B.	Realizar atividades educacionais para grupos de mulheres, mães, crianças e adolescentes.
C.	Discutir com a população os problemas de saúde e buscar alternativas para solução conjunta.
D.	Cadastrar todas as famílias da sua área de abrangência bem como coletar dados sobre aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais.
E.	Realizar consulta de enfermagem à mulher em idade fértil e no climatério, desenvolver atividades de prevenção do câncer cérvico-uterino e da mama, planejamento familiar, controle de doenças sexualmente transmissíveis e aplicar medidas preventivas e de tratamentos padronizados.

18. Em relação ao Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a questão INCORRETA.

A.	É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
B.	É obrigatório o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos quando solicitado. Quando for de interesse do próprio idoso, esse se fará representar por procurador legalmente constituído.
C.	É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
D.	Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
E.	Os idosos têm direito a receber medicamentos do Poder Público, especialmente os de uso continuado, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento para reabilitação e recuperação de sua saúde.

19. Analise as seguintes afirmativas sobre o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, instituído pelo Ministério da Saúde, e assinale com (V) para verdadeiro e (F) para falso:

() Um dos princípios desse programa é de que toda gestante tem o direito de saber e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida no momento do parto.

() O Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento fundamenta-se nos preceitos de que a humanização da Assistência Obstétrica e Neonatal é condição primeira para o adequado acompanhamento do parto e do puerpério.

() Realização de, no mínimo, seis consultas de acompanhamento pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo trimestre e três no terceiro trimestre da gestação.

() Será considerado realizado o procedimento conclusão da assistência pré-natal quando tiverem sido realizadas e registradas no Sisprenatal, 6 (seis) consultas de pré-natal, todos os exames obrigatórios, a imunização antitetânica, a realização do parto e a consulta do puerpério.

() Realizar a primeira consulta de pré-natal até o 3º mês de gestação.

A.	V, V, F, V, V.
B.	V, F, F, F, V.
C.	V, V, V, V, F
D.	F, V, F, V, F.
E.	F, V, V, V, F.

20. De acordo com a portaria nº 648/GM/MS de 28 de março de 2006, a qual aprova a Política Nacional de Atenção Básica, cada esfera do governo tem suas responsabilidades na Atenção Básica. Relacione as proposições abaixo e responda:

I) Secretarias Municipais de Saúde e ao Distrito Federal

II) Secretarias Estaduais de Saúde e ao Distrito Federal

III) Ministério da Saúde

() Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do Pacto de Atenção Básico fixo e variável, nos Planos de Saúde municipais e do Distrito Federal.

() Pactuar com a Comissão Intergestores Bipartite, estratégias, diretrizes e normas de implementação da Atenção Básica no Estado, mantidos os princípios gerais regulamentados nesta Portaria.

() monitorar e avaliar os indicadores do Pacto da Atenção Básica, no âmbito nacional bem como divulgar anualmente os resultados alcançados, de acordo com o processo de pactuação acordado na Comissão Intergestores Tripartite.

() Consolidar, analisar e transferir os arquivos dos sistemas de informação enviados pelos municípios para o Ministério da Saúde, de acordo com os fluxos e prazos estabelecidos para cada sistema.

() Articular com o Ministério da Educação estratégias de indução às mudanças curriculares nos cursos de graduação na área da saúde, em especial de medicina, enfermagem e odontologia, visando à formação de profissionais com perfil adequado à Atenção Básica.

A.	I, II, III, II, e III.
B.	II, II, III, I, e III.
C.	II, III, III, I, e II.
D.	I, III, III, II, e II.
E.	I, II, III, I, e III.

	21. Os resíduos dos serviços de saúde - RSS - vêm assumindo grande importância nos últimos anos. Esta situação levou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA a buscar a harmonização de suas regulamentações. O entendimento foi alcançado com a publicação da RDC nº 306 pela ANVISA, em dezembro de 2004, e da Resolução nº 358 pelo CONAMA, em maio de 2005. Baseado nessas legislações, assinale a alternativa CORRETA.
A.	Conforme classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, o grupo B engloba os componentes com possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção. Exemplos: placas e lâminas de laboratório, carcaças, peças anatômicas (membros), tecidos, bolsas transfusionais contendo sangue, dentre outras.
B.	As fases de manejo dos RSS são a segregação, condicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final.
C.	Devido à inexistência do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar – SCIH em todos os Serviços de Saúde, aonde tiver este serviço, não precisa estar envolvido na elaboração, implantação e desenvolvimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS.
D.	Os estabelecimentos de serviços de saúde são os responsáveis diretos pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, cabendo aos órgãos públicos, dentro de suas competências, gestão, regulamentação e fiscalização.
E.	A ANVISA e o CONAMA classificam os RSS segundo grupos distintos de risco que exigem formas de manejo específicas, sendo estes o grupo A - resíduos químicos; grupo B - resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção; grupo C - rejeitos radioativos; grupo D - resíduos comuns e grupo E - materiais perfurocortantes.

	22. O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado no Brasil pelo Ministério da Saúde em 1994. É conhecido hoje como "Estratégia de Saúde da Família" - ESF, aonde visa à família como objeto de atenção, no ambiente em que vive, pois permite uma compreensão ampliada do processo saúde/doença. Baseado neste novo modelo de Atenção Básica, assinale a alternativa INCORRETA.
A.	A ESF deverá ser composta por, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo acrescentar a esta composição, como parte da equipe multiprofissional, os profissionais de saúde bucal: cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.
B.	Para UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, recomenda-se o parâmetro de uma UBS para até 18 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária, pois garante os princípios e diretrizes da Atenção Básica.
C.	O número de Agente Comunitário de Saúde (ACS) deve ser suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, com um máximo de 750 pessoas por ACS e de 12 ACS por equipe de Saúde da Família, e que não ultrapasse o limite máximo recomendado de pessoas por equipe.
D.	Todos os membros da equipe de saúde da família deverão cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, à exceção dos profissionais médicos, cuja jornada poderá ser diferenciada conforme equivalências de incentivo federal descritas na Portaria nº 2488/2011.
E.	O cadastramento de cada profissional de saúde é permitido em apenas 01 (uma) ESF, exceção feita somente ao profissional médico que poderá atuar em no máximo 02 (duas) ESF e com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais.

23. A convulsão é uma resposta a uma descarga anormal no cérebro, sendo CORRETO afirmar.	
A.	A convulsão febril é um tipo de convulsão parcial que costuma durar poucos minutos, em crianças pequenas, associadas à elevação rápida da temperatura corpórea.
B.	As crises convulsivas podem ser classificadas em parciais ou generalizadas com base nas diferenças entre suas manifestações clínicas.
C.	O estado de mal epilético é um estado convulsivo contínuo que envolve duas ou mais convulsões superpostas uma à outra sem recuperação total da consciência.
D.	Nas crises generalizadas tipo clônicas ocorrem espasmos rítmicos dos membros, sintomas autônomos e possível incontinência.
E.	O tratamento do paciente com convulsão concentra-se no controle dessa o mais rapidamente possível, a fim de que se evitem reincidências, mantenha-se a segurança do paciente e identifique-se a causa subjacente.

24. A senhora M. L. G, de 65 anos, 82 kg, fumante, está recebendo 1 ampola de heparina subcutânea (SC) de 8/8 h há 4 dias completos. O tratamento deve ser seguido por 10 dias. Cada ampola de heparina contém 5.000 UI em 0,25 ml. Quantas unidades internacionais de heparina serão necessárias para completar o restante do tratamento desta paciente?	
A.	70.000 UI.
B.	30.000 UI.
C.	60.000 UI.
D.	90.000 UI.
E.	45.000 UI.

25. Conforme descrito na Lei do Exercício Profissional nº 7.498/86 o Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe, privativamente. Assinale a alternativa CORRETA.	
A.	Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem.
B.	Cuidados indiretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida.
C.	Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência social.
D.	Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de tanatopraxia.
E.	Consulta de enfermagem e realização de biópsia hepática.

26. O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Portanto, exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que incluam-se necessariamente os seguintes aspectos. Assinale a alternativa INCORRETA.

A.	Justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa.
B.	A garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando sobre a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo.
C.	A liberdade do sujeito de recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, com alguma penalização e com prejuízo ao seu cuidado.
D.	A garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.
E.	As formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

27. A enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde e a qualidade de vida da pessoa, família e coletividade. O profissional de enfermagem atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais. É INCORRETO afirmar que profissional deverá

A.	exercer a enfermagem com liberdade, autonomia e ser tratado segundo os pressupostos e princípios legais, éticos e dos direitos humanos.
B.	omitir seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional.
C.	apoiar as iniciativas que visem ao aprimoramento profissional e à defesa dos direitos e interesses da categoria e da sociedade.
D.	obter desagravo público por ofensa que atinja a profissão, por meio do Conselho Regional de Enfermagem.
E.	exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

28. Na Lei 8080/90 diz que na articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:	
A.	alimentação e nutrição, saneamento e meio ambiente, recursos humanos, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, recursos humanos e prestação de serviços especiais;
B.	alimentação e transporte, saneamento e meio ambiente, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, recursos humanos, ciência e tecnologia, e saúde do trabalhador.
C.	alimentação e nutrição, saneamento e meio ambiente, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, recursos tecnológicos, ciência e tecnologia, e saúde do trabalhador.
D.	alimentação e nutrição, saneamento e meio ambiente, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, recursos humanos, ciência e tecnologia, e saúde do trabalhador.
E.	alimentação e nutrição, saneamento e meio ambiente, vigilância sanitária e farmacotecnologia, recursos humanos, ciência e tecnologia, e saúde do trabalhador.

29. Dos objetivos e atribuições no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), é CORRETO afirmar que, entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações	
A.	que proporcionam conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de disseminação e controle das doenças ou agravos.
B.	que proporcionam conhecimento, detecção ou articulação de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos
C.	que proporcionam conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos
D.	que proporcionam conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e descontrole das doenças ou agravos
E.	que proporcionam conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e incondicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos

30. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados, contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.

A.	As alternativas I, II e III estão corretas.
B.	As alternativas II e III estão incorretas.
C.	As alternativas I,II,III, IV e V estão corretas.
D.	As alternativas II, III, IV e V estão incorretas.
E.	As alternativas I, II, III, IV e V estão incorretas.